



SÃO PAULO E A TORRE MODERNA

Três experiências

SANTOS, Mayra Simone dos

Arquiteta doutora pela FAU USP. mayrasantos@alumni.usp.br

RESUMO

O artigo trata de três edifícios modernos na cidade de São Paulo, localizados na Avenida Paulista: Conjunto Nacional, de 1955, projeto de David Libeskind; Quinta Avenida, projeto de 1958 de Pedro Paulo de Melo Saraiva e Miguel Juliano; e Sul-Americano de 1963 do escritório Rino Levi. Estes edifícios fazem parte da constituição de um novo momento da avenida, que a partir da década de 1950 iniciou a sua verticalização, tendo como norteador os fundamentos da arquitetura moderna, tanto com relação a concepção da arquitetura e racionalização dos processos construtivos, quanto pela manifestação do seu papel na sociedade.

O objetivo é analisar as estratégias de construção espacial e as relações que estabeleceram com o contexto urbano específico do local, compreendendo assim como o edifício moderno nestes casos se estabeleceu dentro de uma trama urbana relativamente recente e em processo de transformação. A hipótese aqui lançada é que as estratégias para o edifício vertical utilizadas valorizam a interlocução com os espaços públicos da cidade, trazendo qualidade à experiência da população, mostrando-se ainda atual.

Palavras-chave: arquitetura moderna; verticalização; espaço urbano.



Introdução

A verticalização das cidades foi uma resposta conceitual e técnica dada ao adensamento populacional, que mudou consideravelmente nossa forma de perceber e viver no ambiente urbano. Poderíamos, por exemplo, ao replicar a área do solo, aumentar o número de usos dentro de um mesmo edifício, de modo a estabelecer relações com a cidade, por meio de um chão mais público, e ao mesmo tempo conter espaços mais íntimos e protegidos, como a habitação. Esses múltiplos usos estabeleceriam, nesta ótica, uma linha tênue em continuidade com as atividades da cidade, concentrando usos dentro de uma mesma estrutura urbana, de modo a potencializá-la, o que pode ser ilustrado, por exemplo, pela verticalização das áreas centrais e administrativas das cidades.

Essa transformação também pode ser vista por meio da sua paisagem, se entendermos que os edifícios exigem de nós uma dupla leitura da cidade: aquela que está no nível dos olhos, que apreendemos ao caminhar e assim estabelecemos relações entre espaço e uso; e aquela que acontece quando olhamos para cima e a compreendemos verticalmente, por meio da disposição e imagem dos edifícios. Este segundo modo de olhar a cidade pode nos revelar outros aspectos, como por exemplo a identificação de uma paisagem específica, a percepção da densidade construtiva e as relações espaciais que as edificações estabelecem entre si. Neste sentido, cada edifício tem o seu papel mediador nesta percepção da cidade e sua qualidade está exatamente em estabelecer este diálogo.

A proposta deste artigo é analisar três edifícios, localizados na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo, construídos entre as décadas de 1950 e 1960, na qual podemos verificar por meio das relações entre edifício e espaço urbano, programa e espacialidade, estrutura e autonomia, as estratégias de projeto que nos fazem perceber essa qualidade. O primeiro edifício é o Conjunto Nacional, de 1955, projeto de David Libeskind, por articular vários usos dentro de uma mesma lógica conceitual, ao propor uma solução arquitetônica para todo um quarteirão. O segundo, o Quinta Avenida, projeto de 1958 de Pedro Paulo de Melo Saraiva e Miguel Juliano, por propor uma solução de projeto a partir da compreensão da estrutura urbana, que poderia ser utilizada em outros projetos. Por último o Sul-Americano de 1963 do escritório Rino Levi, como um exemplo de uso mais restritivo que soube articular o projeto de modo a estabelecer relações com a cidade.

O objetivo é elencar as estratégias utilizadas por estes edifícios – e pela arquitetura moderna de um modo geral – que possibilitaram essa mediação entre o espaço construído e a cidade, no contexto específico de São Paulo. Pretende também mostrar como a solução espacial e construtiva dos edifícios dada pelos arquitetos reforçou os princípios desta arquitetura e intensificou o modo que compreendemos este espaço. A hipótese aqui lançada é que as estratégias para o edifício vertical utilizadas valorizam a interlocução com os espaços públicos da cidade, trazendo qualidade à experiência da população, mostrando-se ainda atual.



A escolha destes projetos parte de dois fatos fundamentais: a contextualização da Avenida Paulista neste período e o momento da arquitetura moderna na cidade de São Paulo. A Avenida Paulista já estava se transformando desde os anos de 1940, com a demolição dos casarões antigos e a construção dos primeiros edifícios residenciais modernos. Via-se nos seus grandes lotes uma oportunidade de se explorar a verticalidade, apoiando-se na estrutura urbana existente e na proximidade com a área central e, por consequência, a possibilidade de transformação da avenida em um centro de negócios. Caberia então aos arquitetos dar uma solução urbana e arquitetônica para estes edifícios.

Neste momento, a arquitetura moderna brasileira já tinha seu grande exemplar, o edifício do Ministério da Educação e Saúde, projeto de 1936, com a participação de Le Corbusier como consultor. O projeto, realizado por Lucio Costa, Jorge Machado Moreira, Ernani Vasconcellos, Carlos Leão, Afonso Eduardo Reidy e Oscar Niemeyer, é um marco decisivo na arquitetura brasileira: a abstração formal dos volumes puros, que contrastam verticalidade e horizontalidade, propondo relações com a paisagem e com o chão. Soma-se a isso a racionalidade construtiva por meio do concreto armado, que tão bem se difundiu no país, e os elementos de proteção solar, necessários por conta do clima dos trópicos. A imagem deste edifício inserido no contexto urbano do centro histórico da cidade do Rio de Janeiro não só trazia o frescor dos espaços públicos dentro do lote, mas também transmitia a imagem de um país moderno.



Figura 1. Edifício do Ministério da Educação e Saúde
Fonte: Mayra Santos, 2012



Em São Paulo a arquitetura moderna não foi incentivada por gestores públicos como no Rio de Janeiro. Podemos dizer que o desenvolvimento da arquitetura moderna na cidade ganhou impulso por grandes investidores privados, que reconheceram na pauta racionalista, questões técnicas, espaciais e econômicas que viabilizavam a produção - como o uso da estrutura em concreto armado, distribuído em eixos regulares que facilitavam a construção e permitiam espaços internos mais amplos. Isso possibilitou a construção de inúmeros edifícios modernos na área central da cidade. No primeiro deles, o edifício Esther, concluído em 1938, projeto de Álvaro Vital Brasil e Adhemar Marinho, já se via a multiplicidade de usos, as inovações espaciais e técnicas sob a influência de Le Corbusier, antecipando algumas soluções do edifício do Ministério da Educação e Saúde¹.

Esta pauta racionalista também foi trazida pelos arquitetos imigrantes europeus que se estabeleceram na cidade, como Lucjan Korngold, Jacques Pilon, Giancarlo Palanti e Adolf Franz Heep. Os edifícios produzidos por eles mostravam o apuro técnico construtivo do concreto armado, marcados pelo fechamento em vidro, em alguns casos com *brises*. Mas, talvez, a característica principal dos edifícios construídos em São Paulo, de um modo geral, estava no modo que se relacionavam com o chão: dentro de um contexto urbano da área central em expansão, a vitalidade das ruas e calçadas era desejada e foi trazida para dentro do lote por meio de galerias comerciais. Desta forma, os embasamentos foram tomados por grandes espaços abertos e fluidos, espaços de transição entre a calçada pública e o espaço privado.

Somam-se então estes dois lados: a possibilidade de se investir e verticalizar na Avenida Paulista, como alternativa ao alto valor do solo da área central; e um modo de enfrentar a cidade de São Paulo a partir do projeto moderno. É neste momento de transição que se encontram os projetos dos edifícios Conjunto Nacional, Quinta Avenida e Sul-Americano. Três respostas diferentes para o mesmo problema: como verticalizar em uma área urbana horizontal, pouco ocupada e em plena transformação.

¹ O projeto do edifício Esther foi vencedor de um concurso em 1934 - anterior ao projeto do Ministério da Educação e Saúde - e apresentava os cinco pontos de Le Corbusier: planta livre, térreo com pilotis, terraço jardim, fachada livre e janelas em fita.



Avenida Paulista

A transformação que passou a Avenida Paulista em tão pouco tempo foi grande. O início de sua urbanização em 1891 foi marcado por quadras com grandes lotes, amplos recuos obrigatórios e de uso inteiramente residencial, com a construção de casarões e palacetes para a elite cafeeira e imigrante. O parque da avenida, transformado em Belvedere Trianon em 1916, era o espaço público com grande potencial de atração. Mas é após a crise do café em 1930, quando muitas propriedades são vendidas, que se abre a possibilidade da verticalização da avenida.

Existem dois aspectos, em particular, que influenciaram essa transformação no período de 1940 a 1960: a tendência da cidade a se compactar com a verticalização em bairros já estabelecidos e a expansão da atividade comercial e de serviços, reestruturando a centralidade urbana (FELDMAN in CAMPOS, 2004, p. 124). Com a finalidade de ordenar e controlar o crescimento que estava se desenvolvendo na região da Avenida Paulista, a Prefeitura começou a lançar uma série de dispositivos, por meio de leis e atos, que regulamentavam a verticalização e seus usos. Aos poucos a legislação da avenida permitiu a verticalização, primeiro com uso residencial em 1937 e depois comercial e serviços em 1952².

A avenida torna-se um eixo moderno em pleno desenvolvimento e aos arquitetos caberiam não só dar uma nova imagem a ela – deixando de lado o ecletismo dos casarões -, mas também uma resposta a nova condição urbana. Os primeiros edifícios residenciais da Avenida Paulista acompanhavam a arquitetura moderna que se desenvolvia no Rio de Janeiro e no centro de São Paulo. Os edifícios em sua maioria apresentavam forma laminar com janelas em fita e eram acompanhados de afastamentos generosos e jardins no térreo, quando não apresentavam galerias comerciais.

Os primeiros edifícios foram construídos por arquitetos cariocas: edifício Anchieta que fica localizado na esquina com a Rua da Consolação, de 1941, projeto do escritório M. M. Roberto; e edifício Três Marias, esquina com a Rua Haddock Lobo, de 1952, projeto do arquiteto Abelardo de Souza, cuja marca expressiva é a sequência de varandas alternadas. O edifício Anchieta possui térreo e sobreloja comercial e o edifício Três Marias passou a ter térreo comercial anos depois, após o processo de ampliação da avenida – como, aliás, era a pretensão do projeto original o arquiteto. Unem-se a eles os edifícios Paulicéia e São Carlos do Pinhal, de 1956, dos arquitetos Jacques Pilon (francês) e Gian Carlo Gasperini (italiano), que já faziam parte do grupo

² Em 1937 o prefeito Fábio Prado decretou a Lei 3571, na qual ficava estabelecida a verticalização da Avenida Paulista desde que fosse residencial. Em 1952 a mesma Lei passou por alterações, rompendo com o uso estritamente residencial, a fim de responder a demanda de usos diversificados, necessários à população (FELDMAN, 2005; ROLNIK, 2007).



paulista, com algumas construções no centro expandido. Esses edifícios rompiam a paisagem anterior da avenida e indicavam que a sua transformação seria completa.

Devido ao grande desenvolvimento das construções e a demanda por novos usos, em meados dos anos 1950 começam a ser construídos edifícios comerciais e de serviço, iniciando a transformação da Avenida Paulista como centro de negócios, na qual se destacam Conjunto Nacional, Quinta Avenida e Sul-Americano. Com características similares - edifícios laminares em concreto armado, com plantas livres e extensos panos de vidro –, mas propostas sutilmente diferentes, trouxeram uma nova compreensão da relação entre espaço público e privado. Uma interlocução que pode ser considerada como um dos aspectos centrais da abordagem do modernismo brasileiro: o térreo não seria somente aberto com pilotis, pousado sobre um jardim possibilitando a circulação e o estar das pessoas, mas também seria ocupado, por meio de estruturas horizontais com espaços abertos ao público, onde se encontrariam galerias comerciais, com lojas e restaurantes.

Conjunto Nacional

Projeto do arquiteto David Libeskind, vencedor de concurso fechado em 1955, o Conjunto Nacional previa diversos usos desde seu início, como habitação, hotel, comércio e serviços (XAVIER, 1983), até chegar à obra final conhecida: dois blocos distintos, sendo um embasamento comercial e uma lâmina com escritórios de um lado e apartamentos do outro. Esta solução de embasamento e lâmina modernos se tornaria clássica, tal como o edifício Lever House, de 1951, do arquiteto Gordon Bunshaft do escritório Skidmore, Owings and Merrill (SOM) em Nova Iorque.

A galeria comercial horizontal ocupa toda a quadra entre a Avenida Paulista, Alameda Santos, Ruas Augusta e Padre Manuel, conectando-as internamente, trazendo a urbanidade para dentro do edifício. Podemos cortar caminho pelo edifício, com a mesma lógica que havia nas galerias comerciais parisienses dos séculos XVIII e XIX³, que permitiam a continuidade do espaço público dentro do domínio privado. Como um convite, a população é atraída pela passagem protegida e ao mesmo tempo se distrai com as vitrines das lojas. A sequência do piso da calçada em mosaico português para as passagens internas e o pé-direito alto da galeria evidenciam essa proposta. Logo, não é algo novo, mas mostra uma compreensão da lógica dos grandes centros urbanos. Trazer esta leitura de cidade dentro de uma visão moderna, que já entendia o chão como algo público, indica uma nova possibilidade de inserir este edifício na cidade.

³ Tal como a Passage du Caire de 1779 ou, mais tarde, a Passage des Panoramas de 1800 e a Passage Jouffroy de 1845.



Uma compreensão, podemos dizer, muito coerente com a própria transformação que a avenida estava passando, primeiro por seus espaços públicos e áreas verdes que atraíam a elite paulistana, depois com a Primeira Bienal Internacional em 1951, a proposta para instalação do Museu de Arte de São Paulo e o início da verticalização. O passeio da Avenida Paulista foi se tornando uma peça chave para a cidade, para a implementação do seu perfil cultural, de lazer e que também viria a ser econômico, quando se transforma no novo centro.



Figura 2. Conjunto Nacional

Fonte: Mayra Santos, 2012

A modernidade do projeto está em compreender a quadra urbana como um índice desta mesma cidade. Libeskind não via a Avenida Paulista naquele momento, com seus casarões envoltos de grandes jardins. Também não pretendeu empregar a visão moderna inicial do edifício autônomo, solto no solo, em meio a paisagem. Viu além, ao interpretar este momento de transição como uma possibilidade de prever uma configuração futura, da verticalização da avenida, de uma possível densidade, e no seu ponto de vista a estratégia passa por entender esta quadra como um catalisador social, cobrindo toda a quadra.



A barra horizontal possuía os índices formais da arquitetura moderna: uma estrutura de concreto armado, com pilares e lajes nervuradas que propiciaram um amplo espaço interno. As quatro fachadas foram envoltas por brises horizontais. Seus dois subsolos e três pisos de galeria são conectados por uma rampa circular, que culmina numa cúpula envidraçada com estrutura tridimensional em alumínio, iluminando este espaço central. A cúpula dá acesso à cobertura onde existiriam dois pavilhões: um restaurante e uma academia⁴. Esta grande laje serviria como um espaço social, que faria a transição do embasamento para a torre.

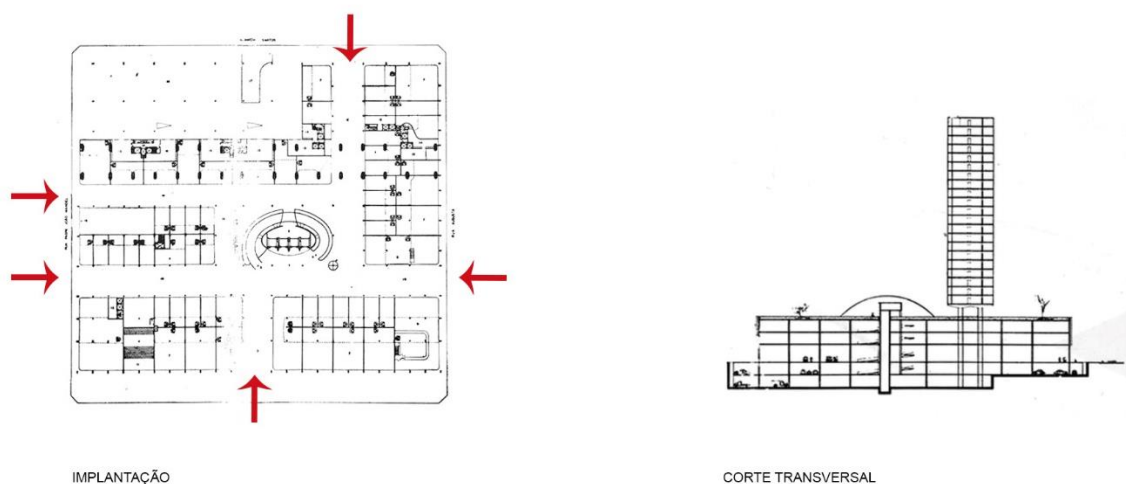


Figura 3. Planta e corte do Conjunto Nacional

Fonte: ACRÓPOLE, n. 222. Abril de 1957. Com indicações dos acessos de Mayra Santos, 2021.

Já o edifício laminar, com seus 25 andares suspensos do embasamento por pilotis, está recuado da Avenida Paulista, ampliando o campo de visão de quem está na rua, na compreensão do conjunto como um todo. A solução laminar, na verdade, propõe um único desenho para esta fachada, unificando seus usos: os edifícios Horsa I e Horsa II, com salas para pequenos escritórios e grandes empresas respectivamente, e o edifício residencial Guayupιά. As linhas horizontais contínuas são dadas pelas lajes e peitoris da mesma altura para os três edifícios, com uma ordem visual estabelecida pela modulação dos caixilhos e terraços – a famosa fachada livre de Le Corbusier, um dos seus cinco pontos.

Embora a maior parte dos eixos estruturais acompanhem esta modulação – visível na planta dos edifícios de escritório – cada edifício possui uma situação específica, de acordo com o espaço solicitado pelo programa. Sendo assim, o posicionamento dos pilares muda, na maior parte dos casos posicionados nas paredes. Já na cobertura do embasamento - o terraço jardim -, por conta de uma transição estrutural, os pilares do edifício se transformam em pilotis com espaçamento regular. Esta hipótese de transição estrutural não era muito

⁴ Após alguns anos outro pavilhão foi construído na frente da cúpula.



bem vista por alguns arquitetos paulistas modernos, que apreciavam a regularidade estrutural em todas as plantas, de forma que os esforços respondessem a uma só linha vertical, de cima a baixo nos edifícios, tal qual os projetos concebidos por Mies van der Rohe (LEMOS, 2014, p. 53).

Ao organizar os diversos programas do Conjunto Nacional em dois volumes, um bloco horizontal e outro vertical, Libeskind propôs uma solução moderna, com uma espacialidade, linguagem e racionalidade estrutural que integraria quadra e cidade: o bloco horizontal, com o uso comercial, mais público, estabelecendo relação com o chão e conferindo uma escala humana ao conjunto; e a torre, constituindo vínculos com a paisagem da cidade. Esta solução irá caracterizar vários exemplos modernos, dentre os quais as duas próximas obras.

Quinta Avenida

Também um projeto vencedor de um concurso fechado (XAVIER, 1983), de 1958, o edifício Quinta Avenida, de Pedro Paulo de Melo Saraiva e Miguel Juliano, é outro exemplar bem característico da arquitetura moderna brasileira, na composição do embasamento e edifício laminar, na racionalidade técnica e na linguagem. Porém, diverso do Conjunto Nacional, o Quinta Avenida está localizado em apenas um lote, entre a Alameda Joaquim Eugênio de Lima e a Avenida Brigadeiro Luís Antônio, com 25 metros de frente e 61 metros na profundidade. O programa estabelecido previa apenas a instalação de um edifício de escritórios com térreo comercial.

A definição conceitual do projeto passou pela compreensão do grande momento de transformação da Avenida Paulista em centro de negócios e da falta de um plano urbanístico que organizasse sua verticalização. A partir desta interpretação, os arquitetos desenvolveram um conceito de implantação para uma rua comercial, onde as torres estariam implantadas sobre embasamentos e espaçadas entre si, melhorando a insolação e ventilação entre elas. Portanto, o edifício ideal para aquele tipo de lote seria o laminar, disposto de modo perpendicular a rua – ideia esta que foi ilustrada por croquis nas pranchas do concurso.

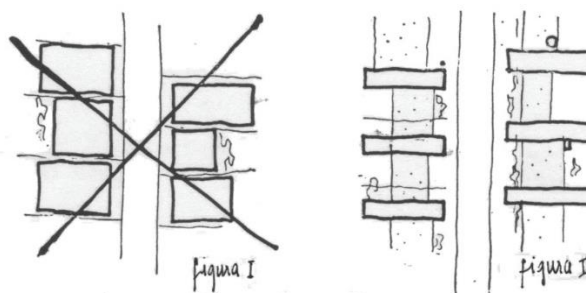


Figura 4. Solução errada e correta para ruas comerciais. Pedro Paulo Melo Saraiva.
Fonte: ACRÓPOLE, n. 255. Janeiro de 1960.



A partir desta ideia, uma outra foi elaborada: a criação de uma segunda calçada, mais comercial, ligada ao embasamento, que se diferenciava do passeio público da avenida. Como ainda não havia edifícios construídos nos lotes vizinhos, essa ideia poderia se estender para as possíveis construções da avenida. Neste sentido, o embasamento foi afastado da avenida, de modo a criar um jardim. Seus dois andares foram localizados a meio nível da calçada – um abaixo e outro acima – com acesso a partir de rampas. No térreo elevado se projetou uma laje em balanço, criando a segunda calçada paralela a avenida. Neste andar, além do hall de entrada do edifício de escritórios, foi prevista a instalação de duas lojas e pequenos serviços que atenderiam tanto ao público do edifício quanto o da avenida.



Figura 5. Quinta Avenida
Fonte: Mayra Santos, 2012

Vê-se que a solução dada pelos arquitetos não era somente para este edifício em específico, mas uma proposta urbana que poderia abranger toda a avenida. Com um lote relativamente mais estreito e com acesso apenas frontal, não havia dispositivos para criar uma planta urbana como a do Conjunto Nacional, porém a alternativa da segunda calçada, inserida meio nível acima, tem a pretensão de fazer uma espécie de



mediação entre o espaço privado e o público. Com a proposta deste térreo elevado comercial, as pessoas seriam atraídas para esta calçada e estariam menos expostas a grande movimentação da circulação principal. É uma hipótese urbana interessante, que promove a introdução da dinâmica da cidade dentro do edifício a partir de um elemento chave – a circulação do público.

Com relação a leitura do edifício na paisagem, para dar a impressão de que o embasamento ocupava toda a largura do lote, sem desrespeitar a legislação vigente, que estabelecia recuos de 3,5 metros nas laterais, foi projetado nesta área o acesso ao subsolo por meio de rampas e acima deles foram executados pergolados em continuidade a linha da laje de cobertura do embasamento. Esta solução dava a impressão de uma massa única do bloco horizontal no lote.

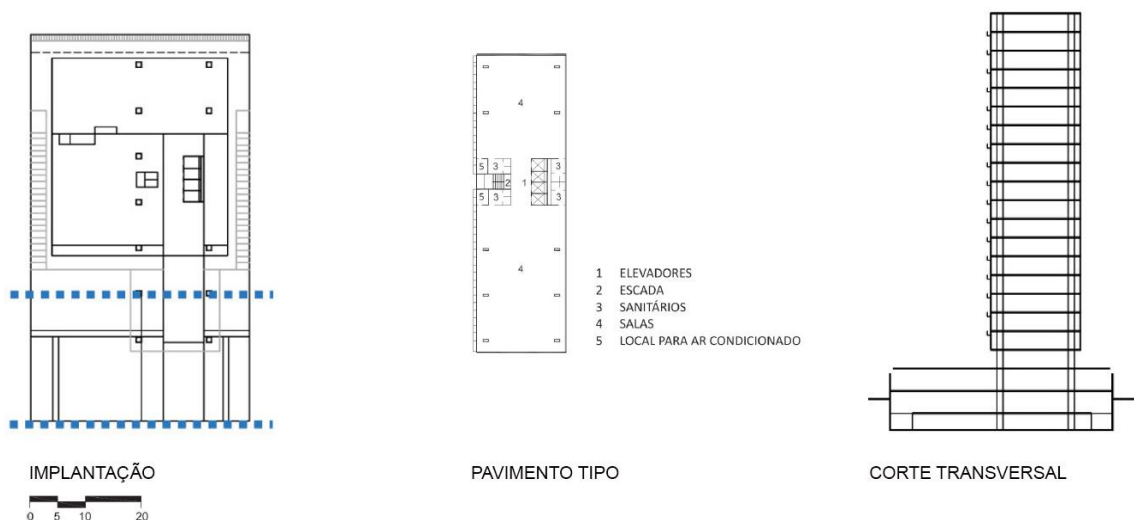
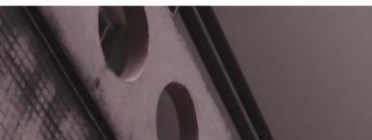


Figura 6. Plantas e cortes Quinta Avenida
Fonte: Mayra Santos, 2012.

O edifício laminar foi disposto perpendicularmente a avenida, avançando à frente do embasamento. A sobreposição definiu o acesso, localizado abaixo do edifício, e ao mesmo tempo, destacou o volume vertical de 17 andares. O edifício possui duas faces cegas, uma voltada para a avenida e outra para os fundos, ambas revestidas em mármore. Contrapondo-se a elas, as fachadas laterais são em pele de vidro. No projeto e construção originais a fachada noroeste recebeu um tratamento com brises metálicos móveis.

Quanto à estrutura do edifício, projeto de autoria de Roberto Zuccolo, possui inovações construtivas para a época: diferente dos edifícios modernos do momento, como do Ministério da Educação e Saúde e o edifício Louveira, o Quinta Avenida possui somente duas linhas de pilares, com um metro de balanço nas extremidades. Já a laje é protendida com espessura de 4 cm. Projetado sobre a modulação de 1,2 metros, os



vãos entre pilares possuem 14 e 7,2 metros de distância. As vigas protendidas vencem o maior vão, sendo que esta nervura tem 4 cm de base e 8 cm de topo, no formato de um trapézio.

O pavimento tipo, dividido em 6 módulos, foi concebido para receber 2 salas de escritório, uma delas com 2 módulos e a outra com 3, sendo que no módulo restante fica a circulação vertical, com quatro elevadores e uma escada, quatro sanitários e dois espaços para a instalação de equipamentos de ar condicionado. O sistema de ar condicionado previsto era central, com tubulações passando entre a linha de pilares e a caixilharia, o que evitaria o corte das vigas longitudinais.

Por conta da falta de clientes que comprassem grandes espaços de escritório, foi criada uma segunda alternativa para receber escritórios menores e consultórios médicos, na qual o pavimento foi dividido por um corredor central, criando uma sala para cada módulo de pilar, somando então 10 salas de escritório. Foram acrescentadas mais quatro colunas de hidráulica para servir as salas que não faziam divisa com o *core*, onde já havia sanitários. As salas foram divididas com concreto celular, que, por ser um material mais leve, era admitido dentro da carga suportada pela laje. O sistema de ar condicionado também foi alterado, recebendo unidades do tipo janeleiro.

Também houve modificações posteriores com o alargamento da Avenida Paulista, sendo prejudicada a acessibilidade do edifício: a rampa de pedestres que levava ao piso de acesso foi mantida, mas invadiu a calçada da Avenida Paulista, e a rampa de pedestres que levava ao piso inferior foi substituída por uma escada. Já a rampa de acesso ao estacionamento foi recuada, ficando com uma inclinação maior. O *brise* com o passar dos anos também foi retirado. Essas alterações não tiveram consulta dos arquitetos.

Entendemos que nenhum edifício está isento de modificações ou adaptações ao longo dos anos, afinal tanto técnica quanto o uso se transformam. Essa questão é muito clara quando tratamos da Avenida Paulista. No entanto, a inovação do Quinta Avenida na época permitiu a alteração destes espaços, mantendo sua estrutura, forma e linguagem moderna. A solução urbana dada, a segunda calçada, por exemplo, ainda está presente e em uso. Portanto, reconhecemos neste edifício soluções que atravessam o tempo e podem ser utilizadas ainda hoje.



Sul-Americano

Um texto da Revista Acrópole de novembro de 1966, na qual o edifício Sul-Americano foi publicado, resume a pensamento do escritório Rino Levi Arquitetos Associados, autor do projeto, sobre a cidade de São Paulo, principalmente as transformações urbanas que a Avenida Paulista estava passando:

“A estrutura radioconcêntrica de São Paulo, hoje com mais de 4.000.000 de habitantes, o crescimento violento da cidade e a falta de planejamento, estão determinando graves problemas de tráfego. Este converge para o centro urbano onde se localiza o alto comércio, tornando-o mais e mais de difícil acesso.

Em consequência, algumas atividades, como o comércio de luxo, já abandonaram a zona central. Outros como o alto comércio, os bancos e as profissões liberais, estão começando a se afastar.

Estas atividades estão se localizando espontaneamente na Avenida Paulista e ruas adjacentes, isto é, numa zona residencial, de baixa densidade demográfica, de terrenos grandes e a preços mais acessíveis.

Infelizmente, as autoridades municipais não estão tomando as medidas apropriadas para disciplinar o novo centro urbano em formação, de modo que a continuar neste passo o fenômeno se repetirá no futuro.”

Revista Acrópole, n° 334

O edifício Sul-Americano foi projetado por Rino Levi, Roberto Cerqueira Cesar e Luis Roberto Carvalho Franco em 1960, num terreno de esquina da Avenida Paulista com a Rua Frei Caneca. Como os demais projetos analisados, a intenção era compor um programa no corpo horizontal, destinado a um banco, e outro no corpo vertical, para escritórios. Ao projetar um edifício com um programa bancário, um organismo que se pretende fechado e protegido, parte-se do princípio que os espaços públicos e privados estejam bem definidos e seus acessos posicionados de forma clara. Para tanto, os blocos vertical e horizontal atuaram de forma independente, com um acesso lateral de pedestres pela Avenida Paulista exclusivamente para os escritórios.



Figura 7. Edifício Sul-Americano
Fonte: Mayra Santos, 2012.

A proposta, no entanto, revelava uma preocupação com a inserção urbana e a interlocução com a cidade: no recuo frontal do lote foi criada uma praça, com paisagismo projetado por Roberto Burle Marx, voltada para o público da avenida. Este jardim funcionaria de intermediação entre edifício e espaço público⁵. Além disso, o bloco horizontal do banco estaria recuado no térreo, de modo criar uma cobertura, para proteger o passageiro da Avenida Paulista da chuva ou insolação. Serviria também como um espaço de transição entre o público e o privado, dando a devida escala, antes de se acessar o edifício. Já na lateral da Rua Frei Caneca, por conta do desnível, nesta área coberta no projeto original havia uma escada de acesso ao banco e canteiros de jardim. Tal como a marquise do Conjunto Nacional, esta cobertura do edifício Sul-Americano pode ser vista como um índice de urbanidade ou no mínimo uma sutileza do projeto, diferente de se propor um bloco com face pura no limite do terreno.

O bloco horizontal ocupou toda a área permitida do lote, excetuando os recuos, culminando num formato em planta trapezoidal. Conta com três andares: o pavimento térreo foi destinado ao atendimento público; no mezanino ficavam os arquivos; e o pavimento acima do mezanino foi destinado à direção do banco e

⁵ Com o alargamento da Avenida Paulista na década de 1970, o jardim que estava na frente da avenida foi parcialmente removido.



outras seções. Externamente o bloco tem fechamento em vidro e com solução de *brises* verticais (na fachada frontal) e horizontais (na fachada lateral) que protegem ao mesmo tempo da insolação e da visão direta para o interior do banco. O edifício conta ainda com dois subsolos, com acesso pela Rua Frei Caneca, sendo o primeiro voltado aos funcionários do banco, com 36 vagas de garagem e o segundo voltado para os escritórios, com 70 vagas de garagem.

O edifício de escritórios fica suspenso do embasamento, propiciando um pavimento intermediário onde fica o terraço jardim de uso comum, também projetado por Roberto Burle Marx. O edifício de escritórios de 16 andares foi implantado perpendicularmente a Avenida Paulista, próximo à divisa do terreno vizinho, de modo a ter uma maior amplitude visual e iluminação pela Rua Frei Caneca. As fachadas frontal e posterior são cegas e foram revestidas em placas de mármore que reproduzem um desenho geométrico em relevo. Já as fachadas laterais possuem fechamento em vidro e são protegidas por um *brise* móvel horizontal em alumínio, com solução específica para cada lado.

Para melhor desempenho do sistema de proteção solar, o *brise*, tanto no embasamento quanto no edifício, foi destacado da fachada em 80 cm, auxiliando na dissipação do calor. Por conta do posicionamento do edifício e do tratamento das fachadas com *brise-soleil*, o edifício foi considerado pelo IPT (Instituto de Pesquisa Tecnológica da Universidade de São Paulo) como o edifício mais eficiente em consumo elétrico da Avenida Paulista, por praticamente não utilizar o sistema de ar condicionado (CAVALCANTE, 2009).

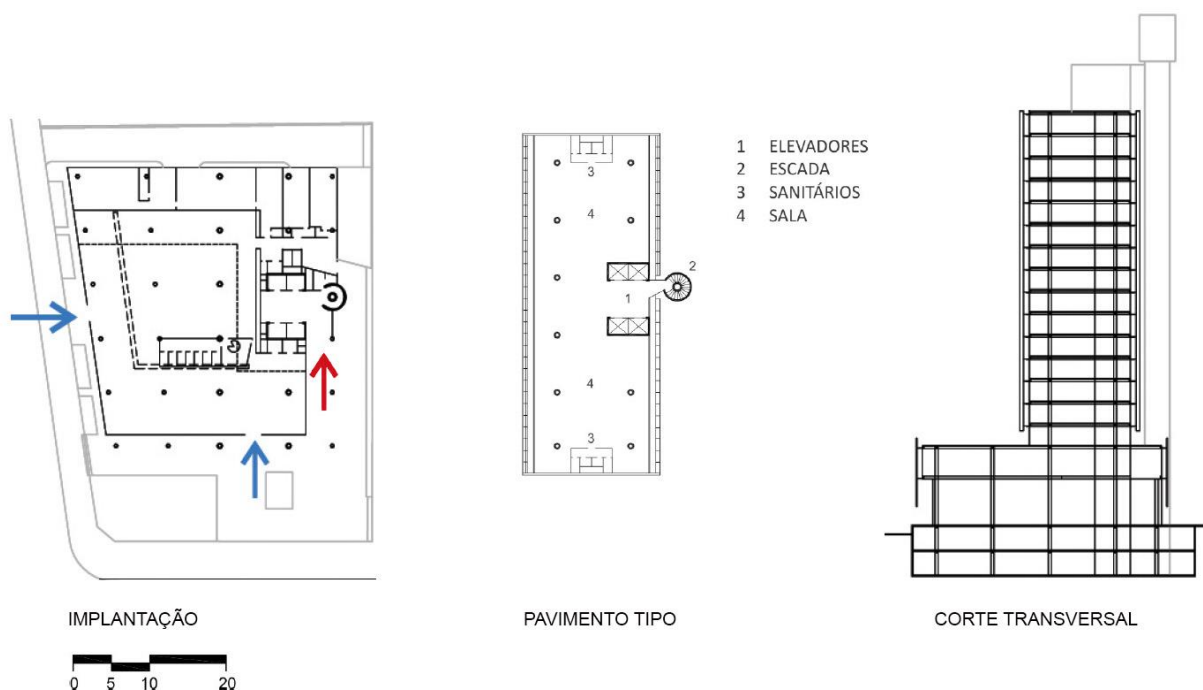
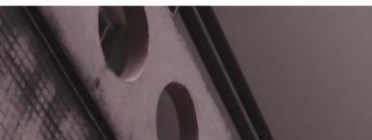


Figura 8. Edifício Sul-Americano
Fonte: Mayra Santos, 2012.



No edifício como um todo foram utilizadas plantas livres para maior flexibilidade de uso e configuração do layout. Desde modo, o espaço que seria ocupado por um banco, poderia receber outro programa futuramente - o mesmo valeria para as plantas dos escritórios. Neste sentido, a estrutura foi executada com lajes nervuradas e pilares cilíndricos dispostos numa malha ortogonal, com pilares afastados das fachadas, liberando-as para o fechamento em vidro.

O pavimento de escritórios possui dois eixos de pilares, da mesma forma que o Quinta Avenida, e conta com um bloco de circulação vertical com quatro elevadores internos a planta e uma escada externa em formato cilíndrico, coroada com uma caixa d'água. Nas duas extremidades da planta ficam os blocos de sanitários, junto a um fosso de ventilação. No projeto também foi prevista a instalação de sistema de ar condicionado com equipamentos instalados no subsolo e a torre de resfriamento de água no alto da torre da escada.

Vê-se neste projeto a racionalidade moderna na organização dos espaços, na solução e disposição estrutural e na adoção dos *brises* nas fachadas – este último, que se tornou necessidade e linguagem na versão brasileira do edifício moderno. Ao propor a solução com embasamento mais torre, como os demais projetos vistos, organizou o programa e ao mesmo tempo estabeleceu uma relação com a cidade, por meio das escalas dos volumes na paisagem e pela intermediação do espaço público e privado.

Características atemporais

Os três projetos apresentados, com programas que se aproximam e ilustram a transformação da avenida entre as décadas de 1950 e 1960, possuem características muito próprias do primeiro moderno brasileiro, numa interpretação das ideias para o edifício vertical de Le Corbusier e da primeira experiência no Brasil, o Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro. E a partir desta interpretação, cada um a seu modo procurou dar uma resposta a cidade, seja por sua interlocução com a paisagem urbana ou por meio das relações espaciais do edifício com o chão.

De um modo geral, revelam uma nova paisagem na avenida, por meio da abstração formal de seus volumes, com linguagens que celebram o moderno, como por exemplo as grandes aberturas em fita e o uso de *brises*. Podemos dizer que havia uma preocupação com a proporção, equilíbrio e posicionamento destes volumes, pois definiriam as duas escalas de apreensão pela população: a primeira do embasamento, que estabelece uma relação com a rua e o pedestre, e a segunda da torre, constituindo o *skyline* da cidade.

Com relação à implantação, os edifícios apresentam três propostas urbanas distintas: resumidamente, o Conjunto Nacional apresenta uma planta urbana, que conecta interior e exterior por meio de passagens e



áreas comerciais; o Quinta Avenida indica a possibilidade de uma segunda calçada, como solução possível para lotes menores; e o Sul-Americano, tendo em vista seu programa no térreo, propõe jardins e projeção do embasamento para a transição do espaço público e privado. São três modos de compreender um espaço urbano por meio do projeto, ainda mais um espaço em transformação, como este da Avenida Paulista, que já ensaiava uma diversidade de usos, seja habitação, cultural, comércio ou serviços – logo, um espaço dinâmico. Desta forma, os edifícios estabelecem uma relação de qualidade com a avenida.

Vemos com estas implantações que a boa relação entre o edifício e a rua não depende somente do seu programa no térreo, com áreas comerciais e de serviço que fortaleçam o trânsito de usuários, mas também com as decisões de projeto, na procura por fazer esta transição do espaço privado com o público, em dar continuidade ao fluxo das pessoas, ou de oferecer espaços mais agradáveis a passagem ou permanência.

A racionalização da estrutura também é outro índice moderno, com a compreensão dos esforços e a regularidade e organização dos pilares – uma questão tratada pelos arquitetos paulistas já nos edifícios da área central da cidade. E além das referências anteriores, Le Corbusier e o primeiro edifício moderno brasileiro, havia também as propostas das estruturas de Mies van der Rohe que influenciaram estes projetos. A busca por uma estrutura mais sofisticada, racional e econômica passou a ser um ponto chave para a organização de novos espaços, pois foram estas soluções que propiciaram sua flexibilização, a chamada planta livre. Com isso alcançamos um novo modo de vivenciar o espaço: podemos alterá-lo conforme nossas necessidades e assim abrigar outras atividades.

Por fim, a arquitetura moderna brasileira soube resolver de diversas maneiras a questão da insolação nos seus edifícios, seja com o avanço das lajes que protegiam os caixilhos, na aplicação de cobogós nas fachadas, ou com o uso dos *brises*. De alguma forma, podemos arriscar que esta questão estava presente no projeto brasileiro, como um diferencial. Importante destacar que apesar do clima da cidade ter se modificado e estarmos usando mais equipamentos elétricos, que aumentaram a temperatura ambiente, de fato estas soluções vêm a auxiliar na diminuição do uso do ar condicionado e consequentemente da energia elétrica, e, portanto, continuam sendo importantes.

Conclusão

Com o devido afastamento no tempo, podemos compreender que as estratégias propostas por estes arquitetos em seus projetos para a Avenida Paulista reforçaram seu caráter dinâmico e qualidade de vida urbana desde aquela época. Lembremos que a multiplicidade de programas que foram introduzidos ao longo do tempo, residenciais e comércio, até a definição da avenida como novo centro financeiro, junto com as



condições de acessibilidade, no que diz respeito ao transporte público e calçamento, são fatores que propiciam esta qualidade, mas não a garantem. É necessário um desenho para estes edifícios que permita o estabelecimento das relações entre espaço construído e cidade.

Podemos tomar como exemplo outra urbanização e arquitetura peculiares em outro centro financeiro da cidade, na Marginal do Rio Pinheiros. A geração de edifícios desta região, posterior aos anos 1980, de certo modo reforçou o conceito da concentração, seja de recursos, seja de infraestruturas, mas chegou com outros parâmetros de cidade, por sua escala ou autonomia, aos moldes da cidade internacional, sem características que a identifiquem. São pensadas para o automóvel. Falta-lhes um desenho que traga a urbanidade para dentro dos edifícios, além da diversidade de programas. São edifícios que se fecham em si, chamados de antiurbanos, e excluem a ideia de cidade, tão presentes nos exemplos que acabamos de tratar.

Temos, finalmente, que considerar a verticalização, ao lado de sua origem como fruto da mercantilização e especulação do solo, como uma resposta das cidades à dispersão e desperdícios de infraestruturas. Concentrar e condensar foi uma das respostas que o moderno ofereceu para a ordenação e racionalidade das cidades. Como vimos nos casos do Conjunto Nacional, Quinta Avenida e Sul-Americano, é possível estabelecer parâmetros de projeto que incidam sobre o chão e a paisagem, possibilitando espaços com mais qualidade. Talvez seja esse um dos grandes desafios do arquiteto contemporâneo, inferir que estas soluções arquitetônicas modernas eram mais cidadãs.

Bibliografia

ANELLI, Renato; GUERRA, Abílio; KON, Nelson. *Rino Levi: Arquitetura e Cidade*. São Paulo: Romano Guerra, 2001.

CAMPOS, Candido Malta; GAMA, Lúcia Helena; SACCHETTA, Vladimir (organizadores). *São Paulo Metrópole em Trânsito – Percursos Urbanos e Culturais*. São Paulo: Editora Senac, 2004.

CAVALCANTE, Rosa Karina Carvalho. *Edifício Banco Sul-Americano do Brasil, São Paulo, 1961-63*. Docomomo: Julho, 2009. <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/098.pdf>>

FELDMAN, Sarah. *Planejamento e Zoneamento: São Paulo 1947 - 1972*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo: Fapesp, 2005.

FRAU, Fernanda Marafon. *O Conjunto Nacional: entre arquitetura e urbanismo modernos*. Dissertação de Mestrado. Campinas: PUC CAMP, 2016.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *A história do Copan*. Volume 1. São Paulo: Imesp, 2014.



ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Fapesp e Studio Nobel. 2º Edição. 2007.

XAVIER, Alberto; LEMOS, Carlos; CORONA, Eduardo. *Arquitetura Moderna Paulistana*. São Paulo: Editora Pini, 1983.

Periódicos

ACRÓPOLE, n. 222. Abril de 1957. *Conjunto Nacional*, David Libeskind. Pág. 208-213.

ACRÓPOLE, n. 255. Janeiro de 1960. *Edifício Quinta Avenida*, Pedro Paulo de Melo Saraiva. Pág. 88-91.

ACRÓPOLE, n. 334. Novembro de 1966. *Sede de Banco e escritórios*, Rino Levi, R. Cerqueira Cesar e L. R. Carvalho Franco. Pág. 32-37.